

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar

Período de Análise: maio de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

| | |
|---|----|
| O mais verde de todos os Planos de Safra – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 03/05/2010 | 2 |
| Presidente Lula é Campeão Mundial na Luta contra a Fome – MDS – 10/05/2010..... | 4 |
| Brasil deverá erradicar piores formas de trabalho infantil até 2016, diz ministra Márcia Lopes em evento da OIT – MDS – 10/05/2010..... | 5 |
| Grito da Terra avança na garantia de renda – Contag - 12/05/2010..... | 7 |
| Governo Federal vai liberar R\$16 bilhões para Plano Safra da Agricultura Familiar – MDA – 12/05/2010..... | 8 |
| Lula atende à Contag com anúncio de R\$ 16 bi à Agricultura Familiar – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Política – 13/05/2010..... | 9 |
| Mais Alimentos já financiou R\$ 3 bilhões para modernizar propriedades rurais – MDA – 14/05/2010 | 11 |
| Bolsa Família não desestimula o trabalho, constata estudo do PNUD – MDS – 18/05/2010..... | 12 |
| Indicação geográfica é ferramenta de política agrícola, atesta gestor francês – MAPA – 19/05/2010..... | 13 |
| Plano Agrícola e Pecuário beneficiará médio produtor – MAPA – 21/05/2010..... | 14 |
| Equívoco trava rolagem de dívidas de produtor de cacau – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 25/05/2010 | 14 |
| Crédito rural: aumento de 26% confirma incentivo ao médio produtor e a agricultura sustentável – MAPA – 26/05/2010..... | 15 |
| CMN aprova linha de crédito para a estocagem de etanol – Luciana Otoni – Valor Econômico – Agronegócios – 28/05/2010 | 16 |
| Justiça revê prazo de dívida em MT – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 31/05/2010 | 17 |

O mais verde de todos os Planos de Safra – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 03/05/2010

Os planos do governo para estimular o plantio e a comercialização da safra serão mais "verdes" no ciclo 2010/11. Juros mais baixos, crédito mais amplo e atrativos adicionais para estimular boas práticas ambientais serão o eixo do novo Plano Agrícola e Pecuário. Ao mesmo tempo, o governo prevê incentivos ao financiamento de estoques de etanol, construção de armazéns nas fazendas e a "equalização" do crônico endividamento do setor rural por meio de uma ação direta do Tesouro.

No comando da espinhosa missão de conciliar expansão da agropecuária e desenvolvimento ambiental, o novo ministro da Agricultura, Wagner Rossi, informa que adotará "metas ousadas" para programas de integração lavoura-pecuária-florestas (ILPF), plantio direto na palha e produção de alimentos orgânicos, sem uso de agrotóxicos e fertilizantes industriais.

"Vamos mostrar mais claramente os caminhos ao produtor em programas específicos", diz o ministro ao **Valor**. Os programas de agropecuária sustentável (Produsa) e de recuperação de florestas (Propflora) tem, somados, um orçamento de R\$ 1,65 bilhão para a safra atual (2009/10). Mas as regras não têm incentivado a contratação de recursos. Menos de R\$ 400 milhões foram desembolsados até agora.

Com apenas oito meses de gestão pela frente, Wagner Rossi parece disposto a imprimir uma marca "verde" no ministério. "O presidente Lula determinou um novo desenho para mudar a concepção de confronto com meio ambiente. E vamos sair do discurso para a prática", afirma ele.

O novo plano de safra também estimulará, sob o argumento "verde", as florestas plantadas com o objetivo de substituir o carvão vegetal feito a partir de árvores nativas. "Temos que encarar isso sem preconceitos. Em vez da ameaça permanente à mata nativa, plantaremos floresta". E o ministro avisa: "Vamos defender cadeia para quem queima Cerrado para fazer carvão".

Os planos também vão estimular o plantio de dendê no Norte do país. A cultura foi incluída em vários programas de financiamento para ajudar na recuperação de áreas degradadas. As operações, limitadas a R\$ 300 mil por beneficiário, terão juros anuais de 5,75%, carência de seis anos e prazo de 12 anos para pagamento.

Na questão das dívidas, o ministro Rossi afirma que as renegociações, sobretudo dos investimentos, foram "paliativas" até aqui. E advoga a "equalização" do Tesouro em uma nova rodada de rolagem de débitos via redução de juros e "limpeza da gordura" embutida em repactuações anteriores.

"Isso não será feito sem que o governo equalize para refazer o financiamento do setor. Tem que reduzir o juro, equalizar a dívida inteira", diz. "O passado tem que ter empenho do governo para ser pago. É sensível, mas precisa ser feito".

Originário da região sucroalcooleira de Ribeirão Preto (SP), o ministro Wagner Rossi informa ter decidido alterar as regras do programa de estocagem de etanol ("warrantagem"). "O programa atual tem incapacidade de manter os preços equilibrados", diz Rossi, em referência à forte elevação de preços na entressafra da cana, o que levou o governo a mexer novamente no percentual da mistura de etanol na gasolina.

"Vamos reduzir juro, garantias e ampliar prazo de pagamento". O ministro afirma não ver "necessidade" de exigir garantias equivalentes a uma vez e meia o valor do empréstimo. "Isso tira a liquidez".

O programa de construção de armazéns nas fazendas (Moderinfra) também será turbinado com maiores recursos e prazos de carência e pagamento. "Acho que 15 anos

de prazo é bom. Precisa ganhar dinheiro antes de começar a pagar. Senão, enfrentaremos turbulências". Cooperativas e consórcios de pequenos produtores serão estimulados a contratar crédito. "Precisa de fluxo de caixa positivo, sem tirar do giro", afirma.

O ministro também defendeu a proposta da bancada ruralista para reformar o Código Florestal Brasileiro, em vigor desde 1965. "Eles ouviram o Brasil inteiro, e com grande participação em várias audiências públicas", diz Rossi.

Mas as discussões no Congresso seguem radicalizadas com os ambientalistas. O ministro quer garantia para áreas consolidadas de produção e a previsão de recuperação de áreas em outros biomas, e não na mesma bacia hidrográfica.

"Ninguém, em sã consciência, pode propor a redução da produção agrícola", diz. E, como contrapartida dos produtores ao Estado, Rossi defende a compra de terras em áreas mais baratas. "Vamos fazer isso em áreas degradadas. Já temos até um mapa prévio".

O ministro também incluiu a proteção ambiental para Cerrado e Pantanal, e não apenas para a Amazônia. "Não será aí que vamos fazer qualquer expansão de área. Com bom senso, não vamos destruir nada porque o maior interessado na preservação da terra é, antes de todos, o próprio produtor".

Presidente Lula é Campeão Mundial na Luta contra a Fome – MDS – 10/05/2010

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu nesta segunda-feira (10) mais um reconhecimento internacional. O Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) o condecorou como Campeão Mundial na Luta Contra a Fome.

O prêmio reconhece a liderança do presidente brasileiro na luta pela erradicação da fome no Brasil e no mundo, uma vez que, além da estratégia Fome Zero, desenvolvida pelo governo brasileiro, o País apoia a ONU na assistência técnica a nações da África, América Latina e Caribe, em programas de alimentação escolar e combate à desnutrição infantil. Outra parceria se dá no Haiti, onde o Brasil, que comanda a força de paz da ONU, trabalha na distribuição de alimentos para a população desde antes do terremoto que devastou o país em janeiro.

A concessão da honraria foi feita durante a primeira visita oficial da diretora-executiva do PMA, Josette Sheeran, ao Brasil, nesta segunda. "O governo do Brasil e o Programa Mundial de Alimentos compartilham uma visão comum de um mundo livre de fome", disse Sheeran. "O presidente Lula demonstra sua liderança na luta contra a fome, elevando ao mais alto nível da agenda internacional a necessidade das pessoas pobres, desnutridas e com fome."

Durante a visita a Brasília, a diretora do PMA acompanhou de perto a aplicação da estratégia Fome Zero em cidades do entorno do Distrito Federal e se entusiasmou com o que viu. Segunda ela, o presidente Lula serve de exemplo a ser seguido por outras lideranças globais.

O prêmio Campeão Mundial na Luta Contra a Fome é outorgado anualmente pelo PMA a indivíduos, pela visão e liderança na luta contra a fome e por demonstrar que a batalha contra a fome e a desnutrição infantil pode ser vencida.

Já ganharam a distinção o rei da Arábia Saudita, Abdullah Bin Abdul Aziz Al Saud, o ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, o atual ocupante do posto, Ban Ki-moon, o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, e outros.

O PMA é a maior agência humanitária do mundo na luta contra a fome. A entidade alimenta em média mais de 90 milhões de pessoas por ano, em mais de 70 países. Para mais informações, confira o site wfp.org/es.

R\$ 20,7 bi em 2010 – O Fome Zero é uma estratégia do Governo Federal que articula programas e iniciativas para promover o acesso aos alimentos e a melhor qualidade nutricional. Fazem parte da estratégia desde o Bolsa Família, mais conhecido dos programas sociais do governo, quanto os Restaurantes Populares, a construção de cisternas, os Bancos de Alimentos, o Programa de Apoio à Agricultura Familiar e outros.

Em 2009, o Governo Federal investiu R\$ 18,5 bilhões no combate à pobreza, integrando 13 programas, com 45 ações que visam erradicar a fome por meio da inclusão social. Os investimentos no Fome Zero, que, em 2010, serão de R\$ 20,7 bilhões, possibilitam que mais famílias tenham acesso à alimentação, promovem a geração de trabalho e renda e melhoram a qualidade de vida nas regiões mais pobres do Brasil. O Bolsa Família, o principal programa do Fome Zero, está presente em 12,5 milhões de lares pobres.

Brasil deverá erradicar piores formas de trabalho infantil até 2016, diz ministra Márcia Lopes em evento da OIT - MDS - 10/05/2010

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é a chefe da missão que representa o Brasil na Conferência Global sobre o Trabalho Infantil. O encontro foi aberto nesta segunda-feira em Haia (Holanda)

Educação universalizada, proteção social integrada e fortalecimento do mercado de trabalho são os pilares para erradicar o trabalho infantil no mundo e os programas de transferência condicionada de renda, como o Bolsa Família, contribuem para reduzir o número de crianças trabalhando. É o que aponta um relatório produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Banco Mundial divulgado nesta segunda-feira (10/5) em Haia, na Holanda.

As diretrizes do documento “Reunindo Forças Contra o Trabalho Infantil”, apresentado na Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, já estão sendo implementadas no

Brasil. Na primeira palestra da sessão plenária do encontro, a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, falou da experiência brasileira, que tem ampliado o acesso a educação e reduzido o número de crianças trabalhando. Ela explicou que o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ajuda a identificar as crianças em situação de trabalho infantil e que a integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ao Bolsa Família possibilita afastar do trabalho hoje 820 mil crianças e adolescentes de 3.520 municípios.

A ministra também falou sobre universalização da educação: “Uma dimensão chave para proteger as crianças do trabalho e propiciar seu desenvolvimento pleno é a educação. A taxa líquida de matrículas na faixa etária de 7 a 14 anos é de 95% e recentemente o ensino no Brasil passou a ser compulsório na faixa de 4 a 17 anos”. Ela também comentou os dados do relatório “Acelerando ações contra o trabalho infantil” - divulgado pela OIT neste fim de semana - que aponta uma redução no trabalho infantil de 3,6% para 0,9% na faixa de 5 a 9 anos e de 13,6% para 5,8% na faixa de 5 a 15 anos. Para Márcia Lopes, o Brasil está próximo de zerar o trabalho infantil na menor faixa etária e deverá cumprir a meta de erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2016.

Lembrando que o trabalho infantil vem caindo no Brasil como resultado da redução da pobreza e da desigualdade, a ministra ressaltou os desafios que ainda existem, como o trabalho informal doméstico e rural, além da exploração sexual. Ela encerrou o discurso ratificando o compromisso do governo brasileiro com a erradicação do trabalho precoce: “Não há mais espaço para crianças fora da escola. Não há mais espaço para crianças sem cuidado e proteção. Não há mais espaço para crianças relegadas a qualquer tipo de violação dos seus direitos, privadas do tempo da infância. Criança tem direito de ser criança”. [PARA LER A ÍNTEGRA DO DISCURSO CLIQUE AQUI.](#)

O encontro prossegue nesta terça-feira (11) e conta com ministros e representantes de 80 países da Ásia, Pacífico, África, Américas, Europa e região árabe, além de representantes de organizações internacionais. A ministra Márcia Lopes chefia a delegação do Brasil, que conta com representantes do Governo Federal, empregadores e trabalhadores. A Conferência é organizada pelo Ministério de Assuntos Sociais e Emprego da Holanda e conta com a parceria com a OIT.

Bilaterais – No domingo (9), a ministra se reuniu com representantes da África do Sul e da Marcha Global, que pediram a continuidade da cooperação técnica, em especial com países do grupo conhecido como Ibas – Índia, Brasil e África do Sul. A ministra reafirmou a disposição do Brasil em manter as cooperações Sul-Sul, realizando projetos de desenvolvimento social. Nesta segunda-feira, ao longo do dia, ela também se encontrou com o ministro de Assuntos Sociais e Emprego da Holanda, Piet Hein Donner, e a diretora do Programa Internacional de Combate ao Trabalho Infantil da OIT,

Constance

Tomaz.

Roberta

Caldo

SERVICO

Viagem da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, à Haia, na Holanda – participação na Conferência Global sobre o Trabalho Infantil

Fuso horário: Haia está cinco horas a frente do Brasil
11h de maio, terça-feira
9h às 16h30 (4h às 11h30) – Workshops técnicos e encerramento do evento

| LOCAL | DA | CONFERÊNCIA |
|---------------------------------|------------|---------------------------------------|
| World Churchillplein Haia | Forum – | Convention Center 10 Holanda |

| SITE | DO | EVENTO |
|---|-----------|---------------|
| http://www.childlabourconference2010.com/ | | |

Assessora de imprensa acompanhamento a ministra Márcia Lopes:
Roberta Caldo (61) 9321-0078

Grito da Terra avança na garantia de renda – Contag - 12/05/2010

O 16º Grito da Terra Brasil aconteceu hoje (12) em Brasília, reunindo mais de sete mil pessoas e teve consolidadas políticas públicas conquistadas ao longo das edições anteriores. O presidente da Fetag-RS, Elton Weber, conta que a delegação gaúcha levou 300 lideranças, sendo a metade de mulheres e jovens. Ele defendeu que o governo realize questões concretas da agricultura familiar, mas que também implemente os programas já existentes. Conforme o diretor-tesoureiro da Fetag-RS, Amauri Miotto, uma das questões fundamentais asseguradas neste Grito é a garantia de renda, a grande conquista dessa negociação.

Além da continuidade da garantia de recursos para os financiamentos de custeio e investimento no Plano Safra 2010/2011, na ordem de R\$ 16 bilhões, houve a garantia da comercialização através de recursos de R\$ 1 bilhão, disponibilizados no Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e também no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com 20% dos recursos oriundos do Ministério da Agricultura e Pecuária destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar para doação simultânea ou formação de estoques. Miotto diz que ainda há recursos do Ministério do Desenvolvimento Social da ordem de R\$ 2 bilhões e que isso totaliza cerca de R\$ 20 bilhões para plantio, investimento e comercialização da agricultura familiar. O dirigente lembra que a renda é a principal reivindicação e que o governo parece ter entendido isso.

Miotto explica que houve outros avanços, a exemplo do reconhecimento da agricultura familiar como uma atividade de interesse social; o crédito fundiário, com o aumento de R\$ 40 mil para R\$ 80 mil na aquisição de áreas, entre outras demandas atendidas. Nesse Grito da Terra Brasil, as lideranças foram recebidas pela primeira vez pelo ministro da Saúde, José Temporão, o que contribuiu para os avanços nas negociações. Já o Ministério da Previdência Social assumiu o compromisso de contratar 500 médicos

peritos para melhorar o atendimento dos trabalhadores rurais. Miotto informa que, quanto à pauta do endividamento, seguem as negociações.

A mobilização
O dia foi cheio em Brasília. Milhares de trabalhadores rurais chegaram à Esplanada dos Ministérios, em Brasília, às 5h30min, e participaram da assembleia geral às 8h, quando os manifestantes deram as mãos e pediram que as reivindicações fossem atendidas. Em frente ao caminhão de som foi montado um mosaico do mapa do Brasil, representando a diversidade do movimento sindical.

Às 10h30min, ocorreu ato público em frente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Uma hora depois, o presidente Lula recebeu comissão da Contag e das Fetags no Centro Cultural do Banco do Brasil. À tarde, houve passeata até o Ministério do Trabalho e Emprego para cobrar do ministro Carlos Luppí agilidade para os processos de registro sindical e o posicionamento do governo federal contra a prática de divisionismo sindical no campo.

Em seguida, nova caminhada até o Congresso Nacional, quando os manifestantes cobraram dos parlamentares a aprovação de projetos como a PEC contra o trabalho escravo e os que tratam da remuneração pela prestação de serviços ambientais, do enquadramento sindical, entre outros. Foi neste momento, na frente do Congresso Nacional, que a Contag apresentou as respostas do governo federal às reivindicações do Grito da Terra Brasil. O encerramento das manifestações aconteceu às 18h.

Fonte: Comunicação da Fetag-RS

Governo Federal vai liberar R\$16 bilhões para Plano Safra da Agricultura Familiar – MDA – 12/05/2010

12/05/2010 15:28

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou hoje(12), no CCBB, em reunião com a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura(Contag) que o governo federal vai liberar R\$ 16 bilhões para o próximo Plano Safra 2010/2011. Lula disse que “a coisa mais sagrada foi estabelecer uma nova relação entre o governo e a sociedade. Se dirigindo a Contag ele disse também que “o governo percebeu que vocês existem e que vocês são a razão de ser deste governo”.

O presidente da Contag, Alberto Broch, agradeceu ao presidente Lula todas as conquistas desses últimos anos do movimento Grito da Terra Brasil O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, destacou que as reivindicações continham 286 itens, mas dentro da pauta do MDA conseguimos avanços muito significativos como os R\$ 16 bilhões que o governo federal vai liberar para o Plano Safra 2010/2011, a ampliação do limite do enquadramento do Pronaf que subiu de R\$ 110 mil para R\$ 220 mil com o rebate e a melhoria do [Programa Mais Alimentos](#).

O ministro destacou ainda que a partir do próximo Plano Safra, 20% dos recursos do Programa de Garantia de Preços Mínimos(PGPM) irão para a agricultura familiar.

Cassel estava acompanhado do presidente do Incra, Rolf Rackbart, do secretário executivo, Daniel Maia, do secretário da Agricultura Familiar, Adoniram Sanches Peraci, do secretário de Desenvolvimento Territorial, Humberto Oliveira e do secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Lopes de Almeida.

O movimento foi apresentado e debatido em 56 reuniões entre o governo federal e a direção da Contag. Dessas 56 reuniões, 18 contaram com a participação de ministros. As principais respostas às reivindicações do Grito da Terra são as seguintes:

Política

Agrícola

- 1- Plano Safra 2010/2011 terá recursos de R\$ 16 bilhões;
- 2- Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM para a Agricultura Familiar;
- 3- Programa Mais Alimentos – ampliação do limite de financiamento para R\$ 130mil e criação de crédito coletivo de até R\$ 500mil;
- 3- Ampliação do rebate da renda bruta anual do PRONAF de 30% para 50% para algumas atividades, por exemplo, arroz, bovinocultura de corte, feijão, milho, soja, trigo, permitindo que agricultores com renda de até R\$ 220mil possam acessar o programa;

Pauta

Agrária

- 1-Execução total dos R\$ 480 milhões do OGU para obtenção de terra e envio de PL ao Congresso para suplementação de R\$ 500 milhões;
- 2-Duplicação do limite de financiamento do crédito fundiário de R\$ 40mil para R\$ 80 mil e melhoria das condições de pagamento (prazos, carência e rebate);

Outros

encaminhamentos:

- 1- Reuniões nos Estados Incra e Contag até final de junho para agilizar pagamento dos créditos de implantação 2008 e 2009;
- 2- GT MDA/Incra e Contag para avaliar e propor ajuste no Pronaf-A

Lula atende à Contag com anúncio de R\$ 16 bi à Agricultura Familiar – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Política – 13/05/2010

O governo anunciou ontem a destinação de R\$ 16 bilhões para o Plano de Safra da Agricultura Familiar no ciclo 2010/2011. A decisão foi informada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos representantes da Confederação Nacional dos

Trabalhadores na Agricultura (Contag) durante reunião para apresentar as propostas do Executivo ao "Grito da Terra", manifestação organizada pela Contag.

Lula agradeceu o apoio recebido do movimentos sociais nos últimos oito anos e prometeu que, a partir do ano que vem, estará mais livre para andar e fazer política pelo país. "Mas não vou dar pitaco no novo governo. Eu quero que eles digam que nunca antes na história desse país um ex-presidente foi tão ex-presidente". Sua declaração contraria discursos anterior, feito na comemoração do 1º de Maio da Força Sindical. Na ocasião, Lula pediu para ser convidado para a festa de 2011, para falar "bem ou mal" do próximo presidente, dependendo do resultado das eleições presidenciais de outubro.

Além dos R\$ 16 bilhões do plano de safra, o governo também decidiu reservar 20% - aproximadamente R\$ 1 bilhão - do orçamento da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) somente para a agricultura familiar. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, disse que a medida permitirá que a PGPM beneficie também os pequenos produtores rurais, não apenas os grandes empresários do setor. Outra medida é a criação de um "plano de renda" aos trabalhadores rurais, o que aumentará de 30% para 50% o rebate da renda bruta anual do Pronaf para a aquisição de arroz, bovinocultura de corte, feijão, milho, soja e trigo. Isso permitirá o acesso de agricultores com renda de até R\$ 220 mil no Pronaf.

Para atender parte da pauta agrária da Contag, o governo decidiu dobrar para R\$ 80 mil o limite de financiamento do crédito fundiário para a compra de terra. "A mudança é justa, já que o preço da terra aumentou. Com isso, os pequenos produtores poderão comprar suas terras com prazos melhores e juros menores", defendeu Cassel.

O ministro informou que o governo enviará um projeto de lei para o Congresso para aumentar em R\$ 500 milhões os recursos orçamentários destinados à reforma agrária. A proposta inicial, lembrou, era de R\$ 480 milhões.

Cassel negou que o fato de os trabalhadores rurais não terem acessado a totalidade de recursos do plano safra 2009/2010 seja um sinônimo de burocracia na liberação de verbas. "Sempre prevemos um montante de recursos maior do que o necessário para que não haja problemas de fluxo de caixa durante o plantio. Sobrar é um bom sinal, provavelmente a verba de 2010/2011 também vai sobrar", justificou o ministro. Dos R\$ 15 bilhões disponíveis, foram contratados aproximadamente R\$ 13,5 bilhões.

O presidente da Contag, Alberto Broch, afirmou ter ficado satisfeito, mas disse que alguns pontos ainda permanecem sem resposta. "Queremos alterar os índices de produtividade e esperamos uma medida provisória mudando o Código Florestal para proteger a agricultura familiar. Lula não disse que não fará, mas deixou claro que não quer discutir isso agora. Vamos continuar batendo nesses dois pontos", completou Broch.

Mais Alimentos já financiou R\$ 3 bilhões para modernizar propriedades rurais – MDA – 14/05/2010

14/05/2010 00:00

O Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, em visita hoje, 14, a indústria de máquinas agrícolas Semeato, na cidade de Passo Fundo (RS), declarou que, “o Programa Mais Alimentos não tem mágica e a principal virtude dele é a confiança construída entre o governo federal, a indústria e os trabalhadores do campo e da cidade”.

O ministro lembrou que em 18 meses o programa já financiou 3 bilhões de reais para modernizar as propriedades rurais. Com o Mais Alimentos, a indústria passou a dar mais atenção para a agricultura familiar. Na Semeato, por exemplo, a participação dos produtos voltados à agricultura familiar passou de 10% para 50% depois do lançamento do programa. O ministro também destacou que o Mais Alimentos está sendo ampliado de 100 mil para 130 mil reais para operações individuais e passará a permitir, a partir da próxima safra, operações coletivas de até 500 mil reais.

A Semeato tem 1.700 funcionários e conta com uma linha de tratores e implementos agrícolas direcionadas para a agricultura familiar.

O ministro recebeu a medalha O Semeador do presidente da Semeato, Roberto Rossato, concedida aos incentivadores da agricultura no Brasil. O coordenador nacional do Programa Mais Alimentos, Hercílio Mattos, também recebeu a homenagem.

Cassel lembrou que o Programa desperta interesse de outros países como os africanos. Em razão disso, o Mais Alimentos será expandido para a África. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criará um fundo de US\$ 250 milhões para financiar a compra de tratores e equipamentos no continente africano para fortalecer e modernizar a agricultura familiar naqueles países. Vai estipular a taxa Libor mais 1% e seis anos para pagamento. A garantia será feita pelos bancos multilaterais africanos. A exigência é que os tratores deverão ter, pelo menos, 60% de seus componentes fabricados no Brasil e potência de até 75 CV.

O Programa Mais Alimentos foi lançado em junho de 2008 e passará a ser uma política pública permanente. Esta linha de crédito já financiou a compra de 26.277 mil unidades de tratores e motocultivadores e 10 mil resfriadores de leite para os agricultores familiares de todo o país. O Mais Alimentos é um programa de sucesso porque contempla crédito, assistência técnica, seguro agrícola e comercialização. A parceria entre a agricultura familiar e a indústria tem permitido avanços na modernização das unidades produtivas familiares e a superação de gargalos de produção, armazenamento e distribuição. Aqui no Brasil, a linha de crédito tem juros de 2% ao ano, três anos de carência e um prazo de pagamento de 10 anos.

Durante o encontro, a Semeato apresentou a colheitadeira Multi Crop 4100, cuja fabricação é 100% nacional e desenvolvida especialmente para atender as necessidades da agricultura familiar. Estavam presentes a presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS), Águeda Marcéi Mezomo, o presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas do Rio Grande do Sul (Simers), Cláudio Bier e o

representante da Associação Brasileira de Máquinas e Tratores (Abimaq), César Casale. Aproximadamente 600 colaboradores da Semeato também estavam presentes.

Bolsa Família não desestimula o trabalho, constata estudo do PNUD – MDS – 18/05/2010

A probabilidade de quem recebe o Bolsa Família estar trabalhando é maior – 1,7% a mais para homens, 2,5% para mulheres – do que entre pessoas da mesma faixa de renda que não participam do programa. É o que conclui estudo coordenado pela pesquisadora Clarissa Gondim Teixeira, do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI), órgão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Segundo o levantamento, a taxa de ocupação de quem recebe o Bolsa Família pouco difere da referente a quem não recebe. Portanto, o Bolsa Família não faz com que o beneficiário se sinta desestimulado a trabalhar. Um dos motivos que explicam isso é a condicionalidade da educação: como as crianças precisam frequentar a escola, as mães dispõem de mais tempo para trabalhar remuneradamente, sem tanta necessidade de ficar em casa cuidando das crianças.

“O Programa Bolsa Família não causa ‘desencorajamento’ ao trabalho”, avalia Clarissa Gondim. A pesquisa, sob o título “Uma análise da heterogeneidade do efeito do Programa Bolsa Família na oferta de trabalho de homens e mulheres”, foi publicada em inglês pelo órgão ligado à ONU e se baseia em dados colhidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, feita pelo IBGE) de 2006.

Na época, o benefício de transferência de renda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) incluía famílias com renda *per capita* de até R\$ 100 (hoje são R\$ 140) e o valor máximo pago era de R\$ 95 (hoje são R\$ 200). Atualmente, o Programa Bolsa Família atende 12,5 milhões de famílias em todo o País.

Os números não determinam acomodação. O levantamento comprova que a faixa abrangida atua majoritariamente no mercado informal, e não no formal. “Não se pode dizer que o Programa Bolsa Família seja responsável por gerar dependência da transferência de renda”, afirma o texto.

Este não é o primeiro estudo que mostra que os beneficiários do Bolsa Família trabalham mais do que a média nacional. Pelos números do IBGE, 77% dos beneficiários trabalham, índice acima dos 73% entre os não beneficiários. Já uma pesquisa do Ibase mostrou que 99,5% dos beneficiários não deixaram de fazer algum tipo de trabalho depois que passaram a receber o Bolsa Família.

Clara Arreguy

Indicação geográfica é ferramenta de política agrícola, atesta gestor francês – MAPA – 19/05/2010

São Paulo/SP (19.5.2010) - Marcas de qualidade, como a indicação geográfica, são ferramentas importantes de política agrícola, atesta o representante do Ministério da Alimentação e Agricultura da França, Alain Berger. O técnico conta que o sistema é uma forma de preservar a atividade econômica em determinados territórios, já que a França é um país pequeno e sem condições de expandir a produção agrícola para novas áreas. Berger é um dos integrantes da delegação europeia presente no *Seminário Internacional sobre Marcas de Qualidade – Instrumento de Política de Valorização de Produtos Agropecuários*, realizado na capital paulista de hoje (19) a sexta-feira (21).

Conforme o representante do governo francês, há mais de 500 produtos no país com indicação geográfica ou denominação de origem. Dentre eles, o Cognac, o Champagne, os vinhos Bordeaux e Landeguedoc, o queijo roquefort e o azeite Baux Valley, marcas internacionalmente reconhecidas. Ele informa que esses produtos rendem 20 bilhões de euros ao ano e envolvem 120 mil propriedades rurais na França, 25% do total.

A indicação geográfica, explica, significa um passaporte para exportação, mas também representa a conservação de um patrimônio cultural, de tradições passadas de geração em geração. “O produto é único, carrega características naturais da região onde é produzido, como solo, clima, meio ambiente e a forma de trabalho do homem. E o consumidor está disposto a pagar por essa originalidade”, afirma Alain Berger. Segundo ele, a marca de qualidade chega a agregar 30% mais no valor de um queijo e 230%, de um vinho.

“Na França produzimos 300 milhões de garrafas de champagne em um mercado de dois bilhões de garrafas de espumantes. É um número significativo”, completa.

Espanha - Para o adido agrícola da Espanha no Brasil, José Maria Gomez Nieves, as marcas de qualidade são possibilidade de ampliação da comercialização e não apenas de preço. É uma forma de proteger a utilização comercial, diversificar a produção, promover o desenvolvimento rural, aumentar o uso de recursos de uma região (biodiversidade) e conservar o patrimônio gastronômico e cultural, retrata.

“Além disso, atende a satisfação das demandas dos consumidores e é uma forma de desenvolvimento do turismo da região onde o alimento é produzido”, diz o adido. Na Espanha, o famoso *jamón* (presunto curado) possui seis denominações de origem, quatro delas proveniente das espécies de suínos de pata negra, o mais conhecido no mundo. Ao todo, são 162 marcas de qualidade no país mediterrâneo. Espanha e França, juntamente com Portugal e Itália e Grécia são os países com mais tradição na Europa em marcas de qualidade de produtos agropecuários.

O *Seminário Internacional sobre Marcas de Qualidade* é promovido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (Mapa) e pelo Ministério do Meio Ambiente, Meio Rural e Pesca da Espanha. (Laila Muniz).

Plano Agrícola e Pecuário beneficiará médio produtor – MAPA – 21/05/2010

Goiânia/GO (21.5.2010) - O Plano Agrícola e Pecuário 2010/ 2011 terá como foco o médio produtor. A informação foi reforçada nesta sexta-feira (21) pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, durante visita à 65ª Exposição Agropecuária de Goiás (ExpoGoiás), em Goiânia. Ele representou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no evento.

“Hoje o pequeno produtor conta com um sistema de apoio próprio criado pelo governo por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Já o grande produtor e a grande cooperativa têm meios próprios para viabilizar os recursos de que necessitam. Agora, vamos prestigiar o médio produtor, o esteio de aroeira da agricultura brasileira”, afirmou.

Rossi frisou, ainda, a importância dos leilões de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) para comercialização de milho que serão realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Estão programados 12 leilões, um por semana. Cada um ofertará um milhão de toneladas, sendo o primeiro no dia 27. “Isso dará ao mercado, esperamos, um novo equilíbrio e patamares mais justos para o produtor”.

Durante a mostra, o ministro recebeu da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA) diploma do Mérito do Agronegócio 2010, pela realização de ações em benefício no agronegócio do estado de Goiás. (*Mylena Fiori*)

Equívoco trava rolagem de dívidas de produtor de cacau – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 25/05/2010

Pelo menos 6 mil produtores de cacau que deveriam ser beneficiados por novas regras aprovadas pelo Congresso Nacional terão de esperar mais tempo para desfrutar das benesses pois o Senado deixou de fixar um novo prazo de adesão ao Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira.

O plano era tirar do papel o chamado "PAC do Cacau", lançado há dois anos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas ainda sem resultados efetivos. Ocorre que a redação da Medida Provisória nº 472, aprovada na quarta passada pelo Senado, não permitirá a nova rolagem das dívidas, estimadas em R\$ 466 milhões. Para isso, segundo análise do Ministério da Fazenda, será necessária a inclusão de um artigo com um novo prazo de adesão em outra iniciativa legislativa. Parlamentares da Bahia preparam uma emenda à outra MP, a 479, cujo relator na Câmara será do PMDB, para tentar uma reparação acelerada do equívoco.

A confusão começou com uma emenda introduzida pelo senador César Borges (PR-BA). Na negociação de Borges com o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), ficou acertada a ampliação das vantagens aos produtores com dívidas acima de R\$ 500 mil ao elevar os descontos para operações em atraso. Mas a emenda excluiu 4,5 mil produtores endividados com o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e deixou de fora outros 1,6 mil com dívidas já renegociadas no Programa Especial de

Saneamento de Ativos (Pesa). O benefícios, que poderiam render votos aos parlamentares do sul da Bahia, ficaram congelados.

A proposta do Ministério da Fazenda dava mais descontos aos pequenos produtores. E previa, além de descontos fixos de até R\$ 23,5 mil por contrato, outras quatro faixas de rebate: de 20% a 45% para liquidação dos débitos e de 5% a 35% para renegociação das dívidas até 30 de dezembro deste ano.

A emenda negociada por Borges com Jucá expandiu os descontos, mas fixou apenas três faixas de débitos. O texto, enviado à sanção do presidente Lula, prevê rebates de 25% a 55% para liquidação dos débitos e de 10% a 50% para renegociação das dívidas até dezembro de 2010.

O Ministério da Fazenda afirma ter avisado ao líder do governo sobre a falha na emenda. O senador César Borges informou, por meio de sua assessoria, que a confusão foi gerada pela própria Fazenda ao não retirar a proposta original e não apoiar a sua emenda na MP.

O "PAC do Cacau" ainda patina para sair do papel. Até agora, menos de 10% das dívidas totais de R\$ 948 milhões foram regularizadas e pouco mais da metade das 14,7 mil operações estão incluídas na renegociação dos débitos. E poucas operações foram efetivamente liquidadas nos bancos.

Os recursos da União a fundo perdido, que deveriam financiar pesquisas, assistência técnica, extensão rural, capacitação técnica e aquisição de mudas resistentes a doenças, demoram a ser liberados pelo governo federal. Estão em jogo os interesses de 25 mil produtores da região, sobretudo do sul da Bahia, onde há 600 mil hectares de cacau. Devastada pela "vassoura-de-bruxa" no início dos anos 90, a cacauicultura baiana vive uma lenta agonia. Dívidas impagáveis e opções restritas de novas tecnologias têm impedido os produtores de superar uma crise que dura quase 15 anos. E o Senado ainda não deu a solução final.

Crédito rural: aumento de 26% confirma incentivo ao médio produtor e a agricultura sustentável – MAPA – 26/05/2010

Brasília (26.5.2010) - Faltando dois meses para o fim da safra 2009/2010, a concessão de crédito para o setor rural é quase 26% superior ao que foi aplicado no mesmo período da safra anterior, passando de R\$ 57,6 bilhões para R\$ 72,4 bilhões, entre julho e abril. Apenas para a agricultura comercial foram aplicados R\$ 62,9 bilhões de julho a abril de 2009/2010 – 27% a mais do que no mesmo período do ciclo 2008/2009. Para investimento, os recursos passam de R\$ 8 bilhões.

Produção sustentável – Entre julho de 2009 e abril de 2010, o crédito concedido pelo Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa) foi de R\$ 380 milhões, quase cinco vezes mais do que o volume liberado no mesmo período do ciclo anterior. “Esses resultados indicam que o produtor rural está cada vez mais preparado para adaptar-se ao desenvolvimento sustentável que incluirá, a partir da próxima safra, um novo programa de investimento para a agricultura de baixo carbono”, observa o ministro da Agricultura, Wagner Rossi.

Entre julho de 2009 e abril de 2010, a aplicação de recursos do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), destinado ao produtor de médio

porte, é cinco vezes maior ao que investido no mesmo período da safra 2008/2009. Os dados consolidados da concessão de crédito até abril indicam quase R\$ 2,5 bilhões, incluindo custeio e investimento.

Custeio e comercialização - Os 49,8 bilhões liberados para custeio e comercialização beneficiaram também os produtores que utilizaram os recursos para estocagem. Para a comercialização, neste ano, mais de R\$ 17 bilhões foram aplicados até agora - representando um crescimento de 39,7% em relação ao mesmo período de 2009. Desse total, R\$ 7,4 bilhões foram destinados a Empréstimo do Governo Federal (EGF) e R\$ 4,7 bilhões em crédito agroindustrial.

Outros R\$ 643 milhões foram direcionados para Linha de Crédito Especial (LEC) com a finalidade de apoiar a comercialização de café, leite e derivados, milho, lã, mel, carne suína e frutas. Destaque para a cadeia produtiva de maçã, pêssego, abacaxi, maracujá, pêssego e goiaba que já recebeu R\$ 108 milhões nesta safra por meio da LEC. A linha é um instrumento para incentivar, especialmente, a agroindústria de sucos de frutas e outros derivados. (*Débora Pinheiro*)

CMN aprova linha de crédito para a estocagem de etanol – Luciana Otoni – Valor Econômico – Agronegócios – 28/05/2010

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, na quinta-feira, voto agrícola que institui linha de crédito destinada à estocagem de etanol combustível. O financiamento, lastreado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), será destinado a usinas, destilarias, cooperativas de produção e de produtores e para empresas que comercializam etanol etílico carburante.

No ano passado, R\$ 2,3 bilhões foram destinados a esse tipo de estocagem, sendo R\$ 1,3 bilhão do BNDES e R\$ 1 bilhão do Banco do Brasil, dos quais R\$ 685 milhões foram utilizados. Os limites previstos para esse novo tipo de financiamento no âmbito do Plano de Safra, as taxas de juros, os prazos de pagamento e as condições de garantia serão divulgados no dia 7 de junho, durante o lançamento do plano agrícola 2010/11.

A linha de crédito específica para a estocagem de etanol integra os 13 votos agrícolas aprovados, na quinta-feira, pelo Conselho Monetário Nacional.

Em outra medida, o CMN aprovou a criação de uma linha de crédito de caráter emergencial, no montante de R\$ 204 milhões, direcionada a cerca de 2 mil plantadores de arroz do Rio Grande do Sul, cujas lavouras foram danificadas por condições climáticas desfavoráveis no período entre novembro do ano passado e março de 2010.

Os financiamentos serão limitados a R\$ 400 mil por produtor, sendo que não poderão ultrapassar R\$ 2.500,00 por hectare de arroz. Os juros são de 5,75% ao ano, com dois anos de carência e pagamento em parcelas semestrais ou anuais, observado o prazo máximo de oito anos.

Um outro voto do CMN instituiu um novo sistema de controle das políticas de comercialização. Com isso, a partir deste ano, os bancos públicos e privados passam a ser obrigados a encaminhar trimestralmente ao Ministério da Fazenda informações

sobre os agentes (agroindústrias, cooperativas e produtores) que se beneficiam das políticas de equalização de preço.

O objetivo é fazer um cruzamento dessas informações e ter maior conhecimento sobre a disseminação dessas operações no agronegócio.

Parte dos votos aprovados se refere à definição das condições de financiamento de custeio e comercialização da agricultura comercial e familiar do próximo Plano de Safra e deverão ser divulgadas em detalhes no próximo dia 7 de junho.

Justiça revê prazo de dívida em MT – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 31/05/2010

Seis produtores rurais de Mato Grosso obtiveram na Justiça estadual o direito de pagar dívidas de investimento em máquinas e equipamentos a partir da capacidade de pagamento recalculada pelos bancos credores.

Em decisão inédita, o juiz de Lucas do Rio Verde, Túlio Dualibi Souza, acolheu a ação movida pelo advogado Fábio Mello Oliveira contra a cobrança com base nos termos dos contratos originais. "Quando o produtor pediu crédito, ele teve que comprovar capacidade de pagamento. Se houve dificuldades para a quitação do débito, como previsto no Manual de Crédito Rural, ele também deve ter direito de usar a capacidade de pagamento como referencial", diz o especialista em direito agrário. Oliveira lembra as crises de renda vividas pelo setor rural por causa de problemas climáticos.

Os bancos recorreram ao Tribunal de Justiça contra a decisão do juiz de Lucas do Rio Verde, mas, segundo Oliveira, não obtiveram liminar suspendendo o despacho. O mérito da ação será julgado pelos desembargadores do TJ. A vitória em primeira instância animou outros 50 produtores a buscar o mesmo benefício na Justiça de Nova Mutum, Tapurah e Sorriso.

Os produtores também se beneficiaram do recálculo das dívidas com investimentos e a redução dos juros contratuais para os 6% fixados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada a novos financiamentos de máquinas e equipamentos pelo BNDES. "Houve renegociação de dívida no passado, mas ficaram recheadas de juros e correção. Não houve recálculo", diz Fábio Oliveira.

Além de permitir desembolsos de acordo com a capacidade de pagamento, a ação evitou a cobrança de juros de mora, multas por atraso ou inadimplência. "O banco também não pode entrar com arresto de bens e precisa tirar o nome do produtor do Serasa". E dá um exemplo: "Tivemos o caso de um produtor de Lucas que começou pagando R\$ 200 mil por ano e, em 2010, pagou R\$ 40 mil".